

POR POLÍTICAS DE ESCRITA DO “BEM LEMBRAR”: BIOGRAFIAS INTELECTUAIS DE MULHERES NEGRAS

BY WRITING POLICIES OF ‘WELL REMEMBERING’: INTELLECTUAL BIOGRAPHIES OF BLACK WOMEN

Tainá Cristina Dias Santos do Carmo⁴

Ludmila Vitória Da Silva⁵

Dolores Cristina Gomes Galindo⁶

RESUMO: Compreendendo que vivemos em uma sociedade cisheteropatriarcal branca, historicamente observamos as lutas de mulheres negras sendo negligenciadas e invisibilizadas. É neste sentido que procuramos, no presente trabalho, argumentar sobre a importância de destacar, relembrar e estudar as biografias intelectuais de mulheres negras que participaram ativamente das lutas feminista, antirracista, entre outras, que muito contribuíram para mudanças paradigmáticas em nossa sociedade, fornecendo bases para o ativismo atual. Assim, é a partir do “bem lembrar”, que criamos condições para prosseguir nas lutas, travando batalhas políticas contra as opressões e buscando melhores condições de existência para a população negra. Também apresentamos a categoria fabulação crítica como recurso para trabalhar possibilidades e potencialidades a partir de perspectivas outras que ultrapassam o característico saber-poder hegemônico, trazendo a oportunidade de criações, posicionamentos e reposicionamentos diversos por meio da imaginação, percepção e afetividade.

Palavras chave: Mulheres negras, Biografia intelectual, Antirracismo, Fabulação crítica

ABSTRACT: Understanding that we live in a white cisheteropatriarchal society, historically, we have observed the struggles of black women being neglected and made invisible. It is in this sense that we seek, in the present work, to argue about the importance of highlighting, remembering, and studying the intellectual biographies of Black women who have actively participated in feminist, anti-racist, and other struggles that have greatly contributed to paradigmatic changes in our society, providing foundations for current activism. Thus, it is through “well remembering” that we create conditions to continue in the struggles, fighting political battles against oppressions and seeking better conditions of existence for the Black population. We also present the category of fabulation as a resource to work with possibilities and potentialities from perspectives that go beyond the characteristic hegemonic knowledge-power, bringing the opportunity for diverse creations, positions, and repositions through imagination, perception, and affectivity.

Key words: Black women, Intellectual biography, Anti-racism, Critical fabulation

INTRODUÇÃO

Contemporaneamente se tornou comum em certos contextos, como o ativismo e a academia, nos depararmos com personagens negras históricas que marcaram este país, como as histórias de inúmeras mulheres negras que influenciaram gerações e cujos

⁴ UNESP

⁵ UNESP . <https://orcid.org/0000-0003-3860-040X>

⁶ UFCG. <https://orcid.org/0000-0003-2071-3967>

pensamentos reverberam ainda atualmente; as quais engendraram os fios que seguimos na tessitura, mas que pouco sabe-se sobre até o encontro com certas leituras aprofundadas. Percebemos que, por vezes, suas histórias e articulações tão admiradas por pesquisadoras/estudiosas/ativistas/interessadas, são pouco veiculadas em outros espaços e áreas de saber, o que muito contribui para certo desconhecimento e invisibilidade, embora seus legados sejam extremamente significativos para a sociedade brasileira.

É neste contexto que entramos em contato com o artigo *Luiza Bairros, uma “bem lembrada” entre nós 1953–2016* de Pinto e Freitas (2017), no qual conhecemos parte da história de Luiza, nascida em 1953 em Porto Alegre, filha caçula de uma trabalhadora do lar e um militar. cursou Administração Pública e de Empresas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde integrou movimentos estudantis e participou ativamente de articulações políticas em um momento tenso como a Ditadura Militar. Mudou-se para a Bahia, fez mestrado em ciências sociais e foi ativista do Movimento Negro Unificado (MNU) durante mais de 10 anos, desenvolveu pesquisas importantíssimas, fez doutorado em Sociologia na Universidade do Estado de Michigan, e participou de eventos históricos como criação do grupo de mulheres do MNU na Bahia, Marcha Zumbi de Palmares em 1995, Marcha Nacional das Mulheres Negras em 2015, criação da Coordenação Nacional das Entidades Negras (CONEN), além de ter sido ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil entre 2011 e 2014.

Luiza Bairros e tantas outras mulheres negras que participaram ativamente da luta feminista e antirracista no Brasil, nem sempre são bem lembradas, no entanto, textos como o de Pinto e Freitas (2017) não nos deixam cair da armadilha do esquecimento, tão comum em uma sociedade supremacista branca, que tem certa facilidade em “esquecer” os males causados aos outros grupos étnicos a partir de sua ideologia e comportamentos narcísicos de dominação e superioridade.

Hooks (2023) aponta que “quando nos transformamos de objetos manipuláveis em sujeitas empoderadas, nós mulheres negras necessariamente ameaçamos o ‘status quo’” (2023/1983, p. 6). Essa pode ser uma das motivações para tanto afimco em desvalorizar e até mesmo ocultar os feitos de pesquisadoras e ativistas negras com contribuições materiais e imateriais para a realidade que vivemos nos dias atuais. Desta maneira, procuramos evidenciar outras bem lembradas neste texto, de modo a contribuir para a subversão de mais um processo de apagamento histórico do nosso povo.

Sendo assim, dentre tantas mulheres negras que passaram suas vidas sacudindo as estruturas dessa sociedade colonialista cisheteropatriarcal branca, e que tiveram seus nomes e histórias relegadas ao esquecimento, escolhemos destacar Beatriz Nascimento, Marli Pereira Soares e Benedita da Silva.

BIOGRAFIAS INTELECTUAIS

Neste capítulo, argumentamos que para o “bem lembrar”, a escrita de biografias intelectuais de mulheres negras requer considerar os múltiplos atravessamentos

interseccionais das opressões conectadas e das lutas políticas pela existência negra nas Universidades e numa sociedade fundada, simultaneamente, num pacto narcísico supremacista entre pessoas brancas (Bento, 2022) e no racismo estrutural (Almeida, 2019). Igualmente, argumentamos por uma noção ampliada de contribuições intelectuais de maneira a contemplar trajetórias que podem ou não se entrecruzarem com os espaços universitários.

A ausência não só delas, como de outras figuras negras importantíssimas em nossa história, nas grades curriculares de ensino básico, fundamental, médio e superior, chamam atenção para o que os autores Figueiredo e Grosfoguel (2007) denominam como “política do esquecimento”, que seria o mecanismo pelo qual as contribuições acadêmicas dos autores negros são apagadas da memória das novas gerações. Neste sentido, eles citam que os estudos sobre questões étnico-raciais sempre estiveram presentes no Brasil, mas eram realizados por pessoas brancas e tinham enfoques diferentes; muitos desses estudos reverberaram de forma significativa em nossa sociedade, como os escritos de Gilberto Freyre. Sendo assim, a partir dessa reflexão, podemos apontar uma problemática aparente: o branco escrevendo sobre o negro foi bem aceito pela academia ao longo da história, mas o negro escrevendo sobre si mesmo, muitas vezes, não é valorizado, tampouco reconhecido ou repercutido na esfera acadêmica.

BEATRIZ

Uma “bem lembrada” relegada à política do esquecimento de seus esforços biográficos e trabalho intelectual contributivo para a construção de pensamentos diferenciais, isto é, contra hegemônicos no que concerne às intersecções entre raça, gênero e outros marcadores de opressão, para a sociedade brasileira, é a historiadora trans*Atlântica e afrodiaspórica Maria Beatriz do Nascimento. Tomando de empréstimo uma noção matemática, por pensamento diferencial entendemos as reflexões, estudos e pesquisas que, procedem por diferenças infinitamente pequenas.

Para Sharpe (2023), a expressão trans*Atlântico refere-se ao espaço, lugar, processo ou condição que existe paralelamente em relação ao Atlântico negro, histórias asteriscadas da escravização, da desumanização e de suas vidas após a morte, mas que também vão além de suas correntes. “Eu não consigo deixar de ver a palavra ‘risco’ em ‘asterisco’. E ligar esse risco e essas histórias asteriscadas aos mares e aos primórdios do comércio de seguros subentendido através de um comércio de pessoas africanas” (Sharpe, 2023, p.35). Nesse sentido, trans* é uma variedade de maneiras que tentam elaborar algo relacionado a ampla gama de trans*formações sancionadas em relação a corpos negros.

De tal forma que ao utilizar-se do prefixo trans* não nos serve somente a vertente que busca propositadamente a invocação de corpos transgêneros por meio de arquivos. Seu uso é uma tentativa de elaborar as experiências incorporadas das construções de gênero euro-ocidental, sua incapacidade de manter-se na/sobre a carne negra.

Trazendo à lembrança uma série de configurações de existência negra, num processo pelo qual seja possível entender, a coisificação dos corpos negros mantendo a aparência de carne e sangue. Quando Buscamos sublinhar os muitos significados de trans*, é preciso imaginar simultaneamente através de uma série de relações em cotidianos diversos para fazermos aquilo que Hartman (2022) descreveu como “escutar o não dito”, recontar histórias, traduzir palavras mal interpretadas e remoldar vidas desfiguradas. (Sharpe, 2023, p. 38)

Beatriz Nascimento nasceu em 17 de julho de 1942 em Aracaju-SE, era filha de Rubina Pereira do Nascimento, trabalhadora do lar, e de Francisco Xavier do Nascimento, pedreiro, que migraram para o Rio de Janeiro em 1949. Já na capital fluminense, ela e a família se estabeleceram no bairro de Clodovil, subúrbio carioca; mais tarde, em 1967, Beatriz ingressou no curso de história na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e passou a estagiar no Arquivo Nacional. Concluiu a graduação em 1971, e entre 1979 e 1981 cursou especialização em História do Brasil pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), também foi nomeada professora da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro em 1984 e em 1994 iniciou o mestrado em Comunicação.

A historiadora sergipana aliou a vida acadêmica à militância. Ao lado de pesquisadores e pesquisadoras negras, fundou o grupo de trabalho “André Rebouças” nas dependências da UFF. Além disso, foi presença constante na retomada do movimento negro organizado mantendo vínculo com o MNU e ainda se dedicou à literatura, compondo poemas. Seu pensamento foi primordial para tratar diferentes violências que pesavam sob os corpos das mulheres negras e também para o aprofundamento nos estudos sobre quilombo, tendo sido apontada pela filósofa Angela Davis como “fundadora” do feminismo negro ao lado de Lélia Gonzalez. Beatriz deixou registrado sua fundamental participação na reconstrução da história do negro brasileiro, os estudos de intelectuais negros e a potência de seus pensamentos no documentário *Ôri* (1989), o qual trata sobre a construção da identidade negra em diáspora sob o entendimento do corpo negro como um território em condição de exílio de uma terra que já não existe mais, impossível de retorno. No entanto, apesar de toda constância demonstrada em sua trajetória de vida, Beatriz não fora reconhecida por seus pares enquanto uma escritora acadêmica e sua voz segue sendo silenciada nos cursos de graduação de História.

Beatriz do Nascimento foi assassinada em 28 de janeiro de 1995, vítima de um feminicídio; o autor do crime foi o companheiro de uma amiga, a qual Beatriz aconselhou para a separação uma vez que sofria violência doméstica. Nossa personagem teve sua morte prematura confirmada antes mesmo de chegar ao Hospital; em seu sepultamento além de sua filha Bethânia, também estavam presentes os atores e companheiros de movimento Antônio Pitanga, Aroldo de Oliveira e Zezé Mota, a vereadora Jurema Batista, o professor Muniz Sodré entre outros amigos e familiares, e a então senadora Benedita da Silva.

MARLI

Outra grande personalidade a ser evidenciada é Marli Pereira Soares. Natural do Rio de Janeiro, ela nasceu em 1954 em uma família pobre que vivia na Favela do Pinto, região da zona sul atualmente. Em 1969, quando era adolescente sofreu com a política federal e estadual de remoção de favelas, na qual os moradores da Favela do Pinto foram despejados, um incêndio suspeito acelerou o processo de remoção, e a família de Marli foi uma das muitas que perderam todos os pertences e acabaram sendo removidos para Belford Roxo. No entanto, 10 anos depois, a família Soares sofreria com mais um episódio de violência política, em 12 de outubro de 1979, homens fardados invadem sua casa em Belford Roxo, espancam e sequestram seu irmão, Paulo, de 18 anos de idade, que mais tarde é encontrado morto numa rua próxima (Rodrigues, 2020).

Desse momento em diante, Marli não descansou, denunciou o caso, percorreu delegacias e quartéis para identificar os assassinos, foi destacada pela imprensa com a alcunha de Marli Coragem. Durante esse processo foi vítima de atentados, como um incêndio em sua casa, também sofreu com a má vontade da polícia que mandava repetidamente os mesmos homens para dificultar o reconhecimento, seu marido foi embora com medo das ameaças, ela passou a viver escondida e enfrentou muitas dificuldades em voltar para o trabalho como doméstica, obtendo ajuda financeira da mãe, de seu advogado, e de mulheres do movimento negro para sobreviver.

Após meses no processo de reconhecimento, Marli conseguiu identificar 5 homens, os quais foram julgados, e, parte deles, condenados. No entanto, esse não seria o fim de sua luta, uma vez que Marli ainda teria a vida marcada por mais violências do Estado, em 1993 seu filho Sandro, de apenas 15 anos, também foi assassinado pela polícia, junto com mais dois amigos, cujos corpos foram encontrados na beira de uma estrada numa manhã de sábado, Sandro tinha marcas de 13 tiros. Marli reinicia sua luta, mas sofre mais um golpe: apenas três meses depois seu sobrinho e afilhado também é executado. Com mais essa marca do ciclo da violência policial contra a população negra, Marli se retira e desaparece sem deixar rastros (Rodrigues, 2020).

Marli se tornou símbolo de resistência e coragem, uma vez que mesmo enlutada e sob ameaças, não mediu esforços para denunciar o racismo, a política de extermínio de jovens negros, a violência do Estado, a necropolítica e a negligência, em um período de rigidez e de atentado aos direitos civis, como foi a ditadura militar. Ela é protagonista de uma história dolorosa e violenta, que se repete na vida de muitas outras pessoas negras e que escancara certas ideologias racistas alicerçadas no imaginário da população brasileira.

BENEDITA

Benedita Souza da Silva Sampaio, Benedita da Silva ou Bené, como é conhecida em seu núcleo familiar, nasceu em 11 de março de 1942 na cidade do Rio de Janeiro; filha de uma lavadeira, Maria da Conceição, conhecida como Ovídia, e de José Tobias, lavador de carros e pedreiro. Na época de seu nascimento sua família residia na favela da Praia

do Pinto, que fora extinta, dando lugar ao condomínio de alto padrão, Selva de Pedra; depois disso mudaram-se para a favela Chapéu Mangueira no bairro do Leme, zona sul do Rio de Janeiro, onde fora criada ao lado de mais quatorze irmãos. Todos começaram a trabalhar ainda na segunda infância, e Benedita exerceu as funções de vendedora ambulante, chão de fábrica, ajudou a mãe na entrega de roupas e foi funcionária do Departamento de Trânsito do Rio de Janeiro (DETRAN).

Foi no contexto da favela Chapéu Mangueira que Benedita conheceu o ativismo, foi resistência política ao período de ditadura militar brasileira e às ameaças de remoção que o território que habitava recebia; diante das questões que a cercavam e junto a outras mulheres da comunidade, deu início a um movimento que buscava pensar às condições da favela e dos favelados fundando o Departamento Feminino da Associação de Moradores do Chapéu Mangueira e atuando como professora na Escolinha Comunitária. Além disso, em 1976 foi eleita presidente da Associação de Moradores e atuou frente a Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro e do Centro de Mulheres de Favelas e Periferias; foi nestes espaços que constituiu as bases necessárias para ser eleita vereadora no ano de 1982 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o qual ajudou a fundar e de onde jamais saiu, sob o slogan de “Negra, mulher e favelada”.

Em 1984, aos 42 anos de idade, graduou-se em Serviço Social e Estudos Sociais e desde então tem um vasta lista de cargos públicos aos quais fora escolhida representante do povo por meio do voto popular democrático. Bené carrega o marco de ter sido a primeira mulher negra da história de nosso país a assumir cargos no legislativo e no executivo, foi Deputada Federal em 1986, quando atuou como membra titular da Comissão de Ordem Social e da Comissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, operando também na Subcomissão dos Negros, das Populações Indígenas e Minorias. Foi reeleita no ano de 1990, tornou-se Senadora da República em 1995, foi vice-governadora do estado do Rio de Janeiro de 1999 a 2002 e em 2002 assumiu o posto de Governadora do estado.

Nos anos subsequentes, foi ministra e secretária de Estado e em todos os cargos que ocupou, Bené conduziu suas propostas reafirmando sua posição em defesa dos Direitos Humanos com implacável postura antirrascista, antisexistista e pautando a memória e cultura afro-brasileira. Ainda no ano de 2010, compôs a relatoria da Emenda Constitucional e saiu em defesa da conhecida “PEC das Domésticas”, dos direitos da criança e do adolescente, das pessoas com deficiência, da bioética em defesa da vida e contra a exploração sexual.

No contexto pandêmico e de governo Bolsonarista, encaminhou diversas emendas que estabeleciam medidas de proteção a mulher provedora da família monoparental em relação às concessões do auxílio emergencial, participou do desenvolvimento do Plano Emergencial de Enfrentamento a Covid-19, promoveu apoio às comunidades quilombolas e aos demais povos de comunidades tradicionais e permanece ativa e vigorosa na vida política e de militância aos 81 anos de idade.

CONSIDERAÇÕES

Beatriz, Marli e Benedita são algumas dentre as tantas mulheres negras que fizeram história e geraram movimento em nossa sociedade em direção a busca por direitos básicos, justiça, educação, condições melhores de saúde e de existência para a população negra. Suas contribuições foram cruciais para elevar certos debates e até mesmo abrir caminhos, essas e tantas outras ancestrais vieram construindo uma estrada, para que hoje nós pudéssemos caminhar.

Ademais, é fundamental ressaltar que nossas protagonistas estiveram na linha de frente de eventos e momentos históricos que influenciam diretamente a vida da população negra na atualidade. Como é possível observar a atuação de Benedita da Silva no envolvimento com a elaboração da Constituição de 1988, ela fez parte do grupo de parlamentares negros que realizaram muitas reivindicações para este novo momento do país. Um dos êxitos desse grupo foi a promulgação da Lei 7.716 (Lei de Crime Racial) que tipificou crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (Brasil, 2023).

Em entrevista para o Site Brasil de Fato, em 2019, Bené diz: “Nós éramos poucos, mas tínhamos muita harmonia entre nós. Chegamos em uma casa onde éramos minoritários. Ninguém queria saber dessa discussão de negro, falavam que a gente queria dividir o país... “. Naquele momento, grande parte da população ainda defendia que o Brasil era um país com democracia racial, e por meio dessa lei citada, foi possível não apenas questionar essa ideologia popular, como também usar de artifícios legais para resguardar a população negra.

Também faz-se necessário citar que Beatriz Nascimento, assim como Luiza Bairos, além de atuantes na militância, foram mulheres negras que trilharam caminhos acadêmicos, movimentando, na medida do possível, seus respectivos contextos e Universidades a partir de pensamentos contra hegemônicos, promovendo o estudo do negro pelo próprio olhar do negro; ocupando espaços e deixando suas marcas em um lugar que ainda atualmente é de difícil acesso para grande parte das mulheres negras brasileiras. Hoje as mulheres negras nas ciências podem tê-las como referência, dar continuidade a certos estudos que elas iniciaram e também começar os seus próprios. Seguimos. E não seguimos sós.

Pensar no legado de Marli é nos conectarmos diretamente com o Vestígio (Sharpe, 2023), com uma história que não acabou. O assassinato brutal de jovens negros tal qual foi denunciado por Marli, segue acontecendo diante de nossos olhos ainda hoje, como seguiu acontecendo nos anos 2010, 2000, e em todas as décadas anteriores às mortes de Sandro e Paulo Pereira Soares. Existimos no Vestígio e isso significa “ocupar e estar ocupada pelo presente contínuo e mutável dos desdobramentos ainda não resolvidos da escravização” (Sharpe, 2023, p. 34), e lutamos contra as repetições mortais, procurando possibilidades de ruptura, assim como Marli. Para tanto, precisamos caminhar sempre de mãos dadas com a memória.

Sendo assim, vale ressaltar que tanto suas articulações quanto suas existências foram importantíssimas. Isso porque, para além de apontar seus grandes feitos, precisamos reconhecer que suas vidas, ideias, corpos e afetos foram revolucionários.

Quando falamos de mulheres historicamente tão significativas como “as bem lembradas” aqui, olhar para essas vidas negras somente em seu aspecto singular é esquecer, que juntas elas compõem uma rede que pensou a continuidade de suas histórias de vida como instrumento de preservação da vida de tantos outros sujeitos negros homens e mulheres, vidas trans*. Marli, Benedita e Beatriz continuarão sendo sinônimos da vida no vestígio, e poderemos sempre evocar suas memórias no tempo, quando lermos sobre suas histórias, quando desejarmos reconta-las, porque por elas e através delas é que podemos pensar de quais outras formas precisamos que elas sejam lembradas.

FABULAÇÃO

A história da população negra é necessariamente lacunar. Vivemos no vestígio (Sharpe, 2023) de um passado que ainda não passou. Assim, por meio do conceito de vestígio, passamos a refletir sobre como as violências da escravização deixaram inúmeros rastros que emergem e reverberam nas condições contemporâneas de existências negras, o que fica evidente através de dimensões espaciais, legais, psíquicas e materiais e em outras dimensões da (não) existência Negra, bem como em modos negros de resistência (Sharpe, 2023, p. 36).

Nesse sentido, utilizamos da Fabulação como um modo de preencher parte dessas lacunas, uma vez que “a fabulação é a memória do futuro” (Pimentel, 2010). Na articulação de um diálogo entre as teorias de Bergson (1978) e Deleuze (1995), Pimentel (2010) evidencia que “a fabulação é esta misteriosa faculdade que tem o poder de falsificar a memória substituindo as imagens-lembrança reais por imagens falsas, imagens fábula, as quais interferem diretamente em nossa ação sobre o mundo” (p. 135), e para além disso, “ela não é uma faculdade voltada para o passado, para a conservação do passado; mas uma faculdade voltada para o futuro, para a criação de novas e potentes imagens sem as quais o presente não passa” (p. 135).

Tendo isso em vista, compreendemos que a Fabulação é um importante recurso para trabalhar possibilidades e potencialidades a partir de perspectivas outras que ultrapassam o característico saber-poder hegemônico, trazendo a oportunidade de criações, posicionamentos e reposicionamentos diversos por meio da imaginação, percepções e afetividade. Um exemplo disso é que ao utilizar o método da Fabulação Crítica para escrita do livro *Vidas rebeldes, belos experimentos*, Hartman (2022) conta que “a ideia disparatada que anima este livro é a de que jovens negras foram pensadoras radicais que imaginaram incansavelmente outras maneiras de viver e nunca deixaram de considerar como o mundo poderia ser de outra forma” (2022, p. 10), ou seja, é a partir deste misto de esperança, imaginação, afeto, percepções e tantos outros componentes, que observamos a fabulação ganhando espaço e se tornando um dispositivo para diferentes grupos.

MEMÓRIAS (IM) POSSÍVEIS

O ano é 2022 e na reta final da corrida presidencial um nome desponta com favoritismo inédito: Benedita da Silva ou Bené, “*Negra, mulher e favelada*”. Com grande apoio popular, Bené estava prestes a se tornar a primeira presidente negra do Brasil. No último censo a população negra autodeclarada no país subiu de 56% para 70%, grande parte deste número compõem a base de eleitores de Benedita.

Pensando na montagem de seu plano de governo, Bené faz uma escolha política por colocar mais mulheres negras em sua gestão, e, a partir disso, convida colegas de caminhada de movimento negro e ativismo para ocupar cargos significativos dando continuidade a transformação social que vem sendo articulada há algumas décadas. Para tanto, Marli Pereira Soares é convidada para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública, e Beatriz Nascimento, para o Ministério da Educação.

Marli, agora aos 68 anos, ficou conhecida ainda jovem no cenário político brasileiro com a alcunha de Marli Coragem, após não medir esforços para identificar os responsáveis pelo brutal assassinato do irmão, e, assim, desde a década de 1980 vem participando de articulações e lutas em prol da segurança e proteção de jovens negros. Dentre seus trabalhos mais notáveis, está a criação da Lei Sandro Pereira, que prevê um ensino de capacitação e letramento racial para os policiais, tanto do setor administrativo quanto de operações externas. O nome da lei é uma simbologia, uma vez que nessa articulação, ela pensava na proteção de seu filho e também de muitos outros jovens negros, cuidando para impedir que tivessem suas vidas ceifadas e/ou marcadas pelo racismo e violência do Estado.

Já Beatriz Nascimento, que é um grande nome do pensamento negro brasileiro e no exterior, ocupa o cargo de professora adjunta na disciplina de Relações Raciais Diaspóricas no curso de história na Universidade de Howard em Washington - DC, além de ser coordenadora da pós graduação do curso de História na Universidade Federal Fluminense (UFF). Seu primeiro contato com a universidade norte-americana, foi em janeiro de 1995, quando ao acompanhar a filha Bethânia em turnê, teve a oportunidade de se aproximar das discussões e palestrar em uma conferência sobre questões étnico-raciais.

Benedita da Silva, como uma grande referência de mulher negra na política, ocupou diversos cargos e obteve grandes êxitos em projetos voltados para melhorar as condições de existência da população negra. Além da luta na PEC das domésticas, que surtiu grande efeito para a melhoria das condições de trabalho para esse grupo, também foi responsável por políticas que reduziram a incidência de trabalhos análogos a escravidão.

É neste cenário de transformação social, que nomes como os de Bené, Marli e Beatriz, construíram suas bases para hoje poderem acessar esses postos de trabalho.

Assim, no dia 1º de Janeiro, antes de se apresentar no Palácio do Planalto, Benedita reservou um momento especial com as companheiras de luta, Marli, Beatriz e convidados realizaram um café em família, celebrando não apenas o momento seguinte da posse, mas também tantos anos de jornada compartilhada. Este momento especial também trouxe à tona memórias daquelas que não puderam estar ali presentes, por falta de acesso, oportunidades, por terem as vidas interrompidas, ou também por terem vivido em épocas outras em que os pensamentos de Marli, Benedita e Beatriz não eram possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. L. (Coordenação de Djamila Ribeiro). (2019). Racismo estrutural. (Feminismos Plurais) Pólen.
- BATISTA, W. V. (2018). Palavras sobre uma historiadora transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento. [Tese de Doutorado Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia]
- Bento C. (2022) O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras.
- BERGSON, H. (1978). As Duas Fontes da Moral e da Religião. Zahar Editores.
- BRASIL. Senado Federal. Sancionada lei que tipifica como crime de racismo a injúria racial. Sítio eletrônico. 2023. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/12/sancionada-lei-que-tipifica-como-crime-de-racismo-a-injuria-racial#:~:text=Embora%20desde%201989%20a%20Lei,tipificada%20apenas%20no%20C%C3%B3digo%20Penal>
- SILVA, A. P. P., & ALMEIDA, M. S. (2020). Uma mulher negra com nome e sobrenome: Benedita Sousa da Silva Sampaio. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 18, n. 46. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/52021/34476>
- DELEUZE, G. (2005) A imagem-tempo. Tradução Eloisa de Araújo Ribeiro; revisão filosófica Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense.
- FIGUEIREDO, A., & GROSGOUEL, R. (2007). Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. Ciência e Cultura. 36-41. http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200016&lng=en&nrm=iso
- GODOY PINN, M. L. (2019). Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamentos das práticas acadêmica e intelectual. Revista Aedos, v. 11, n. 25, p. 140-156.
- HARTMAN, S. (2022) Vidas Rebeldes, Belos Experimentos: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais. Tradução de Floresta. São Paulo: Fósforo.
- HOOKS, B. (2023) Irmãs do Inhame: Mulheres negras e autorrecuperação. Tradução floresta. – 1. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- GERBER, R. (Diretora). (1989). Ôri. Brasil: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais. <https://www.youtube.com/watch?v=aUWlgzqKD7E>
- Os 40 anos do Caso Marli (13/10/1979). Reportagem jornalística/Arquivo N Mães x Impunidade. [Rio de Janeiro, Rede Globo de Televisão], 2019. 1 vídeo (11 min 35secs.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NIvghFGYujo>>. Acesso em 18 nov. 2023.

PAIXÃO, M. (2019) O Movimento Negro e a Constituição de 1988: Uma revolução em andamento. Site Brasil de Fato. 2019. <https://www.brasildefato.com.br/especiais/o-movimento-negro-e-a-constituicao-de-1988-uma-revolucao-em-andamento>

PIMENTEL, M. R. (2010). Fabulação: a memória do futuro. [Tese de Doutorado em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15699/15699_1.PDF

PINTO, A. F. M., & FREITAS, F. S. (2017) Luiza Bairros uma 'bem lembrada' entre nós 1953-2016. Afro-Ásia , 55 (2017), 215-276 <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/24316/15379>

RODRIGUES, V. (2020) Uma carta para Marli Pereira Soares. Revista Humanidades e Inovação. v.7, n.25. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4905>

SHARPE, C. (2023) No vestígio: negritude e existência / In the Wake: On Blackness and Being; traduzido por Jess Oliveira. São Paulo: Ubu Editora. ISBN 978 85 7126 104 4